



1. Esse artigo faz parte da pesquisa de mestrado intitulada *As ações de mitigação do risco vistas de perto: transferência dos atingidos por enchentes no Ribeirão Piçarrão para conjuntos habitacionais em Campinas-SP 2013*. Realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas em 2013 com apoio da FAPESP.

2. Mestre em urbanismo, arquiteta e urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

3. Arquiteta urbanista, professora do Programa de Pós Graduação em Urbanismo da PUC Campinas.

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2014v21n28p30

A COMPREENSÃO DO PROCESSO DAS REMOÇÕES EM CAMPINAS-SP: O OLHAR DA POPULAÇÃO DIRETAMENTE ENVOLVIDA¹

*THE UNDERSTANDING OF THE REMOVAL PROCESS IN CAMPINAS-SP:
THE AFFECTED POPULATION'S VIEW*

*LA COMPRENSIÓN DEL PROCESO DE TRASLADO DE RESIDENTES EN
ZONAS DE RIESGOS EN CAMPINAS-SP: LA VISIÓN DE LA POBLACIÓN
DIRECTAMENTE INVOLUCRADA*

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic²
Laura Machado de Mello Bueno³

Resumo

Este artigo tem como objetivo mostrar o “olhar” da população para o processo de sua remoção de áreas de risco e transferência para empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, na Região Sudoeste do Município de Campinas. O programa federal tem como objetivo diminuir, com a parceria público-privada, o déficit habitacional, e, como premissa, prover moradia segura e de qualidade. Porém os critérios de aprovação de projetos e seleção da população a ser atendida não são claros e apresentam deficiência, como pode ser constatado neste trabalho, por meio de entrevistas e questionários.

Palavras-chaves: Habitações em áreas de risco. Programa Federal “Minha Casa Minha Vida”. Remoções.

Abstract

This article aim is to present the population's view on the process of their removal and transfer from areas of risk to developments of the Program “Minha Casa Minha Vida” (My House My Life) in the southwest of Campinas-SP. The federal program main objective is to meet housing shortage with safe and qualified social housing by means of public/private partnership. However the criteria for project approval and selection of the population to be benefitted by the program are not clear and show deficiencies as evidenced by interviews and questionnaires in this study.

Keywords: Houses in hazardous areas. Programa “Minha Casa Minha Vida”. Water in the urban environment.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo mostrar la “visión” de la población frente a su desplazamiento de las áreas de riesgo y a el proceso de traslado para viviendas del Programa Federal Minha Casa Minha Vida (Mi vivienda mi vida) en la región suroeste de Campinas. El programa que tiene como fin disminuir la escasez de viviendas a través de la colaboración público-privada y tiene como premisa ofrecer vivienda segura y de calidad. Sin embargo los criterios para aprobación de los proyectos y la selección de la población a ser trasladada son frágiles, como se puede observar en este trabajo, desarrollado por medio de entrevistas y cuestionarios.

Palabras clave: viviendas en zonas de riesgo. Programa Federal “Mi Casa Mi Vida”. Desplazamientos.

Introdução

A urbanização brasileira, caracterizada por um processo de exclusão social e econômica, têm imposto a grande parte da população habitar de modo precário em áreas de risco de desastres naturais. A desproporção entre a capacidade de bem viver e de estar sujeita a riscos na sociedade contemporânea agudiza esse quadro. Segundo Acseirad *et al.* (2009, p. 9), a injustiça ambiental é um termo que vem sendo consagrado para designar esse fenômeno de “imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos, informacionais”. Assim, considera-se que há, no meio urbano, uma ampliação da injustiça, pois é onde os assentamentos com moradias apresentam também inadequação da morfologia, funcionalidade e da infraestrutura dos espaços públicos e privados de uso coletivo. A falta de acesso à cidade legal faz com que famílias vivam em habitações precárias suscetíveis a problemas relacionados a variações do clima, como chuvas, enchentes e desabamento.

Dado a um enorme déficit de moradias, o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, instituiu uma política pública de provisão de habitação de interesse social baseado principalmente na construção de conjuntos habitacionais. Em 2007, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no qual, com financiamento federal, empresas privadas apresentam projetos ao Município para sua aprovação e definição da demanda quando esta vem de áreas de risco e com renda inferior a três salários mínimos (CARDOSO; ARAGÃO, 2012). As inserção e forma urbanas desses assentamentos planejados, porém, não respondem aos problemas e desafios das cidades diante da problemática ambiental, os riscos decorrentes e as respostas para mitigação e adaptação. Os projetos não contribuem para a redução dos impactos decorrentes da construção, manutenção e reformas adaptativas necessárias para o futuro mais adequado e confortável dessas moradias. No entanto o PMCMV, apesar de proporcionar condições mínimas de dignidade a essa população, está muito aquém de proporcionar qualidade de vida satisfatória.

Segundo Beck (2010, p. 107), “Quanto mais marginais as opções econômicas e políticas, mais vulneráveis são os grupos particulares”. Assim, conhecer constituição da vulnerabilidade em um contexto particular e como ela aconteceu é importante questão para a investigação científica atual.

As políticas públicas e as práticas sociais podem beneficiar-se da compreensão de como as populações percebem, interpretam e reagem a mudanças em suas vidas impostas pelas consequências do aumento de sua exposição aos riscos.

Este artigo apresenta os resultados de um estudo (OKRETIC, 2013) sobre o olhar da população ao processo de remoção de famílias que vivem em áreas de risco, em uma ocupação no Jardim Florence II, próxima ao córrego Piçarrão, no Município de Campinas-SP. Essas famílias estão sendo atendidas pelo PMCMV e estão sendo reassentadas no conjunto habitacional localizado no residencial Sirius. A história da ocupação da

Microbacia do Córrego Piçarrão tem completa relação com o processo de urbanização de Campinas e toda a sua modificação durante os anos que se sucederam ao início das ocupações na região.

A pesquisa buscou expor a realidade de reassentamentos de populações ocorridos na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Piçarrão, localizada na Região Sudoeste de Campinas-SP.

A metodologia usada envolveu procedimentos para estudos espaciais, morfológicos e sociais no ambiente urbano, com visitas a campo e análise de mapas e de fotografias tiradas em sobrevoo. Foram também aplicados questionários à população diretamente envolvida no processo de reassentamento e feitas entrevistas com agentes públicos. A pesquisa de campo foi realizada de janeiro a setembro de 2013.

Os questionários foram aplicados à população diretamente envolvida no processo de remoção. Dois foram os modelos de questionários: o primeiro, direcionado a famílias moradoras de áreas de risco e que aguardavam para serem realocadas; o segundo, para famílias que já haviam sido realocadas para os novos empreendimentos do PMCMV.

A favela Jardim Florence II tem 9,3 hectares com 542 imóveis. Segundo os levantamentos da Sehab, foram identificados 260 imóveis em risco. Responderam aos questionários moradores de 16 unidades. O conjunto Sirius é composto de 118 prédios de quatro andares, organizados em 14 condomínios, com um total de 2.360 unidades. Responderam aos questionários moradores de 16 apartamentos do Condomínio Campo das Violetas, o qual tem sete torres, somando 140 unidades.

No trabalho de campo, puderam-se perceber os diferentes pontos de vista em relação ao processo de remoção. Segundo uma das lideranças do local e o agente da Cohab, as remoções são realmente necessárias, primeiro por estarem em área pública e pela possibilidade de o local ser mais bem utilizado como praça de recreio para crianças e idosos, com vegetação, etc., e também pelo fato de as moradias estarem em local de riscos ambientais, como enchentes, deslizamentos, desabamentos de imóveis, etc.

Um ponto a ser considerado dentro desse processo é como ele está ocorrendo, a maneira que a população é abordada e “retirada”. Segundo o próprio agente da Cohab, a população não recebe nenhuma indenização por sua antiga moradia. Pelas entrevistas e questionários, foi observado que as que moram ou foram transferidas das áreas consideradas de risco, em sua maioria, compraram a sua antiga moradia ou foram responsáveis pela construção, ou seja, construíram as suas próprias casas, sem auxílio algum do governo e com dinheiro próprio.

Outro aspecto percebido na pesquisa de campo foi o apego emocional de alguns moradores com a sua moradia, criando, assim, uma resistência à mudança e atraso nas demolições, que já estão ocorrendo desde o começo do ano passado. A história das remoções, segundo uma liderança do bairro, é bastante antiga. Apenas agora se materializa algo que a Prefeitura, há tempos, promete à população: uma moradia digna e segura.

A problemática: ocupação precária na constituição da região de Campinas

A área de estudo está localizada próxima ao córrego do Piçarrão, que é parte integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari, a qual abrange, além do Município de Campinas, outros, como Louveira, Montemor, Elias Fausto, Capivari, Rafard e Mombuca. O ribeirão Piçarrão tem sua origem na região central do Município de Campinas e se desenvolve em direção à Região Sudoeste, onde está localizado o Jardim Florence. Como é possível observar na figura a seguir, na bacia, está localizado o entroncamento de três rodovias (Bandeirantes, Anhanguera e Francisco Aguirre Proença). A área de estudo também está conectada à Avenida John Boyd Dunlop, única via de grande porte que conecta a Região Sudoeste ao Centro.



A região é considerada com predominância de terrenos colinosos ondulados ou suavemente ondulados, com declividades variando entre 4% e 17%, que apresentam fácil erodibilidade, principalmente nas declividades superiores a 10% e nas cabeceiras de drenagem (nascentes ou talvegues) (CAMPINAS, 2006). O sítio apresenta restrições para a ocupação urbana que, quando associada a processos de ocupação irregular ou precária, pode resultar em assentamentos inadequados e inseguros quanto à integridade física das moradias e seus ocupantes, segundo o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de Campinas, a partir da análise das características morfológicas e urbanísticas dos assentamentos precários, o qual serviu como referência para o cálculo de necessidades habitacionais (CAMPINAS, 2011). Um estudo foi realizado recentemente pela Defesa Civil (DC), resultando em uma ficha catalográfica e um mapeamento com as áreas consideradas de risco.

Figura 1 • Região Metropolitana de Campinas – Rede hídrica e localização da área de estudos. Fonte: CAMPINAS, 2006, modificado por Bárbara Ghirello.



A FIG. 2 mostra as áreas consideradas de alto e muito alto movimento de massas e enchentes no Jardim Florence II. A descrição da Defesa Civil é

Figura 2 • Locais considerados de risco pela Defesa Civil no JF II. Fonte: SIDEDEC, 2013.

Ocupação irregular por moradias de alta a média vulnerabilidade em áreas de proteção ambiental permanente às margens do ribeirão Piçarrão. Em diversos locais as margens são elevadas e estão com evidências de processos erosivos muito próximos às moradias, colocando em risco de solapamento. [...] A situação é agravada pelo aterramento dos processos erosivos por resíduos e consequente assoreamento das drenagens: pela falta de infraestrutura urbanística com drenagens das águas pluviais, criando pontas de enxurradas e avanço do processo erosivo [...]. Em alguns locais a situação de risco foi eliminada pela remoção das pessoas e moradias (SIDEDEC, 2013).

Segundo a Defesa Civil, a tipologia do processo é enchente e solapamento de margens, o grau de risco é alto, a quantidade de imóveis em risco é de 260 e 1.040 pessoas em risco. As sugestões de intervenções dadas pelos técnicos da Defesa Civil foram:

- Remoção das moradias ainda em risco, remanescente de solapamento de margens;
- Obras de engenharia de contenção de margens, para barrar os processos erosivos;
- Obras de melhorias na infraestrutura urbanística, como pavimentação de ruas e implantação de sistema eficiente de drenagens de águas pluviais e correto destino até as drenagens naturais;
- Implantação de políticas de controle urbano para evitar construções e intervenções inadequadas em áreas de proteção permanente;

- *Reflorestamento e reconstituição das áreas de proteção permanente, podendo-se criar um uso público, com a implantação de parques lineares às margens dos córregos e drenagens naturais;*
- *Implantação do sistema de alerta para chuvas anômalas;*
- *Implantação de pluviômetros em diversos pontos do Município.*

Dessas sugestões, apenas a primeira está sendo realizada pelo Poder Público.

A favela no Jardim Florence II, localizada em terreno municipal, às margens do ribeirão Piçarrão, teve ocupação inicial na década de 1970 e tem uma área total de 93.123,44 m² e 542 domicílios. Muitas remoções estão sendo feitas no local desde o começo de 2012. No PMHIS, consta de que o assentamento é consolidável com a necessidade de uma urbanização complexa no local, ou seja, o terreno é adequado ou inadequado com alto índice de remoção e, ou, necessidade de realização de obras complexas. Consta também da necessidade de urbanização complexa de 271 domicílios e reassentamento de 271 domicílios. Como se pode ver no mapa (FIG. 3), há uma parte da favela que se encontra próxima à beira do rio, que é a área de várzea, e considerada como APP urbana, obedecendo aos 15 metros exigidos.

Segundo o PMHIS, a Macrozona 5⁴ ficou restrita para atendimento apenas do déficit oriundo de assentamentos precários, pois se entendeu que essa região já se encontrava saturada e sem condições de receber população. Devia, por outro lado, ser alvo de projetos que contemplassem equipamentos urbanos combinados com polos de geração de renda e serviços, que beneficiassem com postos de trabalho os moradores da região. Assim, o PLHIS recomendou que a região ficasse restrita apenas para acomodar moradores que já se encontravam instalados, em condições precárias, na região, de forma a não agravar os problemas já existentes a partir do aumento do contingente populacional local. Os projetos destinados às ZEIS dessa macrozona deveriam garantir áreas para implantação dos polos comerciais e de serviços e equipamentos comunitários (CAMPINAS, 2011).

Mesmo com essas recomendações do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, a Macrozona 5 é o alvo para contemplação de projetos sociais, como do PMCMV, promovida pelo Governo Federal.

A área é considerada de interesse ambiental. A proximidade com o córrego faz com que, em época de chuvas intensas, a população possa ter sua moradia alagada ou mesmo derrubada, correndo risco de vida.

As barreiras físicas que o córrego Piçarrão e a linha férrea constituem e os trechos situados entre eles formam um corredor que se encontra quase totalmente ocupado, enquanto que as áreas ao redor desses elementos têm grandes vazios urbanos e lotes ainda desocupados.

4. Segundo o Plano Diretor, desde 1996, o município de Campinas apresenta divisão territorial em macrozonas, atualmente somando nove. (CAMPINAS, 2006).



Figura 3 • Mapeamento dos vazios urbanos no Jardim Florence II. Fonte: GHIRELLO; ASTIER; BUENO, 2013.

As faixas até 50 metros e de 50 a 100 metros do córrego, à margem leste, encontram-se quase que totalmente ocupadas e impermeabilizadas, enquanto que, a oeste do córrego, a extensão de terra ocupada é insignificante, como se pode observar na FIG. 3. A impermeabilização, observada a leste, resulta em problemas de erosão e drenagem na região. Uma vez que as águas pluviais não podem penetrar na terra, acabam por encontrar seu caminho até o córrego no nível do solo, com velocidade muito maior do que ocorreria no caso de uma drenagem natural, o que pode resultar em enxurradas e enchentes com alto potencial destrutivo.

Ao estudar a região e seus conflitos, fica claro que questões regionais se sobrepõem a problemas intraurbanos, apesar de não considerada na área de influência direta da ampliação do Aeroporto de Viracopos, cujo projeto o insere na escala global como o maior aeroporto de carga da América Latina. Conforme Beck (2010):

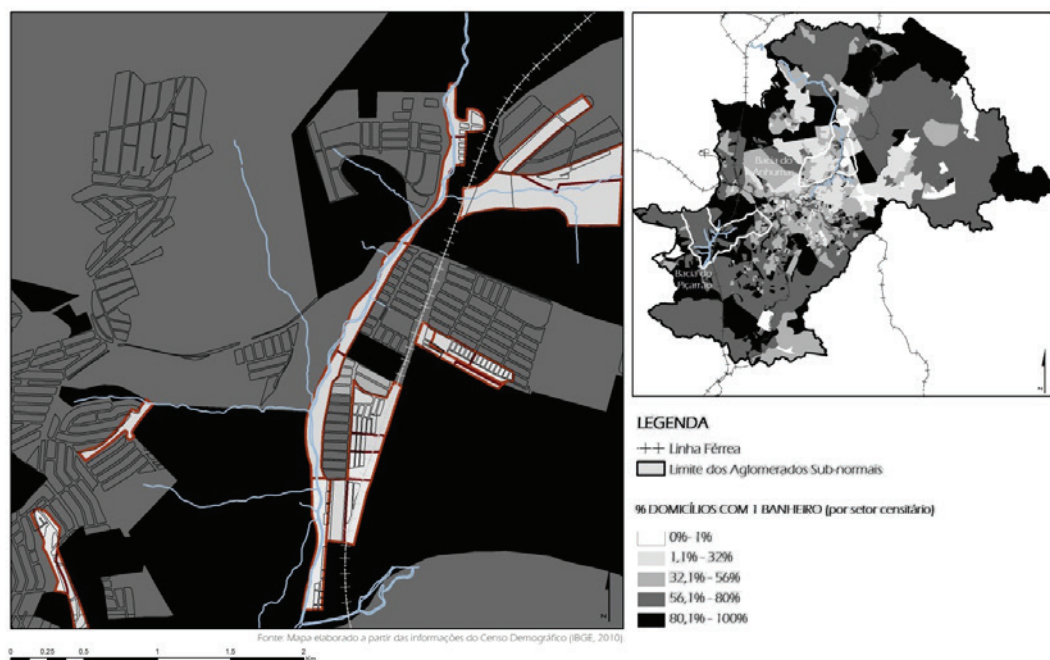
Nos anos recentes, entretanto, a vulnerabilidade social se tornou uma dimensão-chave na análise social estrutural da sociedade mundial do risco: as condições e os processos sociais produzem uma exposição desigual

a riscos dificilmente definíveis, e as desigualdades resultantes devem ser amplamente interpretadas como uma expressão e um produto das relações de poder nos contextos nacional e global (BECK, 2010, p. 106).

Um exemplo é o projeto de implantação do trem de alta velocidade (TAV) pelo Governo Federal, que prevê a ligação entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas⁵. Se construído, uma linha ligará o Aeroporto de Viracopos à região central de Campinas, e passará por onde hoje se encontra a atual linha férrea de carga (visível na FIG.3).

A realização desse projeto implica em diversos problemas intraurbanos. Primeiramente, a constituição de uma barreira ainda mais forte do que o atual corredor ferroviário de exportação. E, ainda, algumas áreas deverão ser desapropriadas, uma vez que a zona de segurança para a implantação do trem deve ser maior do que a área livre atual. As barreiras físicas resultantes são ampliadas pela falta de projetos de transporte coletivo associados, reforçando a segregação socioespacial.

5. Contrato - Anexo 2 - Traçado Referencial Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/5448.html>. Acesso em: 15 fev. 2014.



Outro aspecto a ser observado é a proporção de domicílios com apenas um banheiro. Essa informação, retirada do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2013) por setores censitários, é interpretada como um indicador da simplicidade da moradia, relacionada ao padrão arquitetônico das residências, bem como ao perfil socioeconômico dos moradores. Não se trata de um indicador de precariedade. Entretanto, deve-se observar a importância na região dos setores censitários delimitados em vermelho, chamados setores subnormais pelo IBGE, ou seja, os que, pelo padrão arquitetônico, urbanístico e informações fundiárias, podem ser descritos como favelas ou assentamentos precários.

Figura 4 • Porcentagem de domicílios com um único banheiro (por setor censitário). Fonte: GHIRELLO; ASTIER; BUENO, 2013.

O processo de remoção

O processo de remoção, entretanto, é lento e burocrático, pois depende da aprovação de documentos e da construção e sorteio das moradias. As famílias retiradas de residências em áreas de risco devem se inscrever no PMCMV; neste caso, em um dos dois empreendimentos mais próximos, o residencial Sirius ou o Jardim Bassoli, e aguardar o sorteio das moradias (GHIRELLO; ASTIER; BUENO, 2013).

Os moradores, por conta disso, são retirados aos poucos. As antigas casas são demolidas assim que a chave da nova residência é entregue, com a finalidade de evitar que voltem a ser ocupadas. Até março de 2013, a Cohab não realizava a limpeza dos escombros, também para evitar novas ocupações. Com isso, as famílias fora da área de risco, que não têm perfil para se inscrever no PMCMV, cujos processos de aquisição das novas moradias ocorreram mais lentamente, acabam morando em meio aos escombros das residências vizinhas e ficam sujeitas à presença de insetos e aracnídeos. Esses fatos tornam todo o processo contraditório em si, uma vez que o objetivo das remoções é retirar os moradores de áreas de risco, mas os submetendo a novos perigos (GHIRELLO; ASTIER; BUENO, 2013).

A delonga no processo faz, ainda, com que as famílias fiquem muito tempo vivendo sem a certeza de que serão removidas e de que terão uma nova casa e, ao mesmo tempo, esperando que a casa seja entregue, o que as leva a não buscarem outras moradias e ficarem dependendo do auxílio do governo. O processo acaba tendo, portanto, um caráter paternalista por parte do Poder Público. Ademais, a demora desconsidera mudanças naturais ao espaço intraurbano, o mercado imobiliário continua funcionando, apesar de a área estar desvalorizada. Além disso, nesse momento, nem todas as moradias em pontos de ocupação irregular serão removidas, apenas aquelas em áreas consideradas de risco (faixa aproximada de 15 metros do rio). Segundo relato dos moradores, entretanto, a faixa de alagamento é maior (GHIRELLO; ASTIER; BUENO, 2013).

O processo de reassentamento

Os empreendimentos do PMCMV destinados às famílias removidas de áreas de risco, com renda de zero a três salários mínimos, do Campo Grande e de outras regiões do Município de Campinas, são o residencial Sirius e o Jardim Bassoli.

Como é possível observar na FIG. 5, o residencial Sirius está situado em uma área mais próxima do Jardim Florence, o que facilita o realojamento das famílias, uma vez que elas continuam relativamente próximas de seu antigo núcleo social e estão inseridas em um contexto que tem uma infraestrutura urbana razoavelmente boa. O Jardim Bassoli se encontra mais afastado do bairro, no limite do perímetro urbano. O empreendimento não tem, em seu entorno, serviços básicos, como comércio e serviços, escolas e postos de saúde. Os moradores ficam extremamente deslocados do meio urbano e não têm acesso fácil à cidade.

Localização dos reassentamentos em relação à área desocupada

- Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida
1- Residencial Sirius
2- Jardim Bassoli
- Áreas de remoção no Jardim Florence



Além dos problemas urbanos relacionados aos empreendimentos, os projetos arquitetônicos são muito pobres, com soluções espaciais e construtivas ineficientes do ponto de vista funcional e econômico, além de mal executados.

Os imóveis são adquiridos pelas famílias com renda de até R\$ 1.600,00, sendo subsidiado quase que integralmente pelo Governo. É cobrada uma prestação de 5% da renda familiar. Porém as antigas moradias devem ser abandonadas como se não tivessem o menor valor monetário. O Governo não concede qualquer indenização pela casa ou ajuda financeira para mudança da família.

A maior parte das famílias removidas encontra-se, por falta de recursos, sem alternativa. A única saída é morar nos empreendimentos do PMCMV, apesar de todos os seus problemas sociais e construtivos.

A busca por diferentes soluções se faz necessária, ainda mais quando tratamos de moradias, estamos lidando com pessoas, vidas humanas. Devem ser levadas em consideração várias questões, como, principalmente, o bem-estar psicológico dos envolvidos, de identidade, de relação, etc. Coisas básicas não são sequer levadas em consideração, muito menos discutidas quando são feitos esses empreendimentos. O que tem real relevância é o valor da terra, da construção e a minimização de custos. Enquanto a explosão imobiliária está a todo vapor, construindo empreendimentos para a população de baixa renda, esta sofre as consequências de todo um sistema inconsequente.

Figura 5 • Localização dos reassentamentos em relação à área desocupada no Jardim Florence
Fonte: GHIRELLO; ASTIER; BUENO, 2013.

Análise dos resultados

Questionários aplicados a moradores de áreas de risco do Jardim Florence II

Foram entrevistados oito homens e oito mulheres com a idade entre 18 e 74 anos, com renda de zero a R\$ 2.200,00 e que ainda habitavam as áreas consideradas de risco, aguardando ser removidos em curto prazo. A quantidade de moradores por domicílio, entre os entrevistados, variava de um a sete, entre crianças, jovens e idosos.

Em relação a desastres, 75% dos entrevistados afirmaram que nunca tiveram suas casas atingidas por chuvas, enchentes, deslizamento, e, ou, desabamento. Entre os que foram atingidos, metade teve a casa danificada uma vez, e os outros, entre duas e três vezes. Dos que foram atingidos, nem todos receberam aviso referente a reassentamento. Em relação ao total, 62,5% foram notificados para mudança de casa. Todos foram avisados por agentes da Cohab.

Quanto à satisfação em relação à casa, pode-se dizer que 75% dos moradores entrevistados se sentem satisfeitos com a sua moradia. Os que responderam não mostraram insatisfação em relação a usuários de droga no local e à falta de policiamento. Apenas um morador se mostrou insatisfeito com a sua casa em relação à instalação, alegando ser velha e de “pingar” dentro da casa.

Em relação ao conforto pessoal na moradia, apenas um morador mostrou desconforto, principalmente em relação à temperatura. Alegou ser muito quente no verão e muito fria no inverno.

Sobre o conhecimento referente à necessidade de remoção da casa do entrevistado, as respostas coletadas permitem uma análise quanto ao processo de remoção e transferência dessa população. A grande maioria da população entrevistada não sabia ao certo por que estava sendo removida e o que seria feito no local após a sua saída. Perguntados sobre o que seria feito no local, apareceram como resposta diversas suposições, desde a utilização do espaço para lazer voltado para crianças e idosos a reflorestamento. Alguns dos moradores tinham a noção de que estão em área de risco, mas nem todos sabiam explicar o “porquê”, e alguns não acreditavam estar em área de risco, como pode ser visto na transcrição das falas.

“Querem ela (a área). Desapropriando para plantar árvore. Porque aqui não é área de risco, mas eles querem desapropriar o pessoal”. Outro morador alega que são “dois (os) boatos (para retirarem as famílias): avenida e reflorestamento”. As respostas, algumas vezes, foram colocadas em terceira pessoa, como pode ser visto a seguir: “Diz que é área verde”; “Ouviu falar que aqui vai passar uma rodovia”; “Motivo de risco de desabar e de cair. Área de risco eles falaram”.

Em um dos casos, a filha morava ao lado da mãe. A primeira fora transferida, e a segunda permanecia no local e não entendia o motivo de não “receber” o direito ao apartamento, e até questionava a veracidade de estar em área de risco, como se nota em uma de suas falas: “Diz que é área de risco. Duvido! Porque minha filha que tava no quintal saiu. Eu quero sair”.

Outro morador também não acreditava e não queria sair de sua casa: “Umas casas tão em áreas de risco. Outras, não precisa demolir. A minha casa não tem necessidade nenhuma de ser demolida”.

A Prefeitura e a Cohab apareceram em algumas falas como agentes atuantes no processo: “Informação da Cohab (é) para fazer área verde”; “Porque aqui é um espaço reservado pela Prefeitura, e ela vai querer esse espaço. Não sei muito bem”.

Alguns entrevistados disseram que o risco aumentou com as demolições, como pode ser notado nesta fala: “Porque é área de risco. (E) agora é mesmo de risco, porque demoliram tudo aqui em volta”.

Algumas das respostas se contradisseram, devido à falta de informação sobre o motivo da remoção e à falta de instrução sobre a nova condição de moradia que o processo de reassentamento não previa em seu programa.

Questionários aplicados a ex-moradores de áreas de risco do Jardim Florence II transferidos para o residencial Sirius

Em uma segunda fase do trabalho de campo, foram aplicados 16 questionários a moradores que saíram do Jardim Florence II, entre fevereiro e março, e estão atualmente no residencial Sirius. A faixa etária dos entrevistados varia de 21 a 64 anos, com renda do último mês que antecedeu à entrevista de R\$ 678,00 a R\$ 3.000,00. Os questionários foram respondidos por oito mulheres e oito homens, de famílias com três a oito pessoas vivendo no mesmo domicílio.

O conhecimento dessas pessoas em relação à necessidade de mudança de moradia é um pouco maior em relação à população que ainda está à beira do córrego Piçarrão. Mesmo que ainda todas as pessoas/famílias não tivessem a noção de que estavam em área de risco, 11 dos 16 entrevistados responderam ser esse o motivo de sua mudança. Duas pessoas responderam não saber, e outras 3 responderam motivos diversos, mas também assumiram o desconhecimento sobre o motivo.

Tabela 1: Conhecimento do motivo da mudança

Conhecimento sobre o motivo de sua mudança	Número
Área de risco	11
Não sabe	2
Outro	3

Fonte: elaborada com base nos questionários (OKRETIC, 2013).

Nem todas as famílias que foram transferidas haviam sofrido algum tipo de desastre relacionado a chuva, enchente, deslizamento e ou, desabamento em sua antiga moradia. O questionário mostrou que 56% dos entrevistados afirmaram ter tido sua casa atingida, sendo que, destes, apenas um teve sua moradia atingida três vezes, enquanto um terço teve sua casa atingida duas vezes, e o restante, mais da metade, apenas uma vez. Essa informação não quer dizer que o risco não

exista ou seja de baixa frequência, mas que é presente e, ao mesmo tempo, imprevisível.

Tabela 2 - Porcentagem das famílias que tiveram a antiga casa atingida

Ocorrência	Número	%
Sim	9	56
Não	4	37

Fonte: elaborada com base nos questionários. (OKRETIC, 2013)

Em relação à satisfação com a sua atual moradia, 87% dos moradores entrevistados responderam positivamente, 12% responderam de forma negativa.

No aspecto segurança, 75% dos moradores que responderam aos questionários se sentiam seguros em sua atual moradia, 12% não se sentiam seguros e os outros 12% se sentiam mais ou menos seguros. Alguns destes disseram que, em relação à estrutura física da casa, sentiam-se seguros, mas apenas dentro de sua moradia, pois muitos não conheciam seus vizinhos e não sentiam segurança mesmo dentro do condomínio. Por esse motivo, muitos moradores mantinham fechadas as janelas de suas casas, como forma de proteger-se.

Quanto ao conforto da casa, 81% disseram que se sentiam confortáveis, duas pessoas responderam que se sentiam mais ou menos confortáveis e apenas uma respondeu que não se sentia confortável.

Tabela 3 - Sensação dos moradores no imóvel

	satisfação	segurança	conforto
Sim	14	12	13
Não	2	2	1
Mais ou menos	0	2	2

Fonte: elaborada com base nos questionários. (OKRETIC, 2013)

Em relação ao processo de adaptação dos entrevistados às novas moradias, 50% disseram que ainda estavam se adaptando, 44% responderam que foi fácil e apenas uma pessoa respondeu que foi médio o grau de adaptação, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 4 - Adaptação na nova moradia

Adaptação	Número de entrevistados
Ainda está se adaptando	8
Fácil	7
Médio	1

Fonte: elaborada com base nos questionários. (OKRETIC, 2013)

Muitas das insatisfações constatadas estão relacionadas à ausência de equipamentos e serviços locais, como creche/escola, postos de saúde e mercado, que, em sua maioria, estão localizados próximos às antigas moradias. Metade dos entrevistados disse utilizar os serviços e equipamentos locais,

enquanto a outra metade disse que não. Dos que os utilizavam, 50% disseram ser de difícil acesso. Do total das pessoas entrevistadas, mais da metade achava difícil o acesso aos equipamentos e serviços locais.

A última pergunta foi se o entrevistado poderia explicar por que as casas precisavam ser demolidas. Algumas responderam por estarem localizadas em áreas de risco, área verde, proximidade com o rio. As falas a seguir mostram a falta de clareza quanto ao conhecimento da necessidade das remoções por parte dos transferidos, e algumas contradições sobre o conhecimento do que seria feito no local.

Alegaram que iam fazer uma avenida lá e porque é área verde.

Não sei. Uns falam que é pra área de lazer, outros pra fazer pista pro aeroporto

Cada um fala uma coisa. Pista pra aeroporto, parque, arborização. Porque só tiraram metade da rua. Tem casa lá que tem senhorinha morando mais perto do rio. Foi na Cohab e pediram pra esperar, e ela está lá há mais de 5 meses.

Uma das falas de uma moradora deixa clara a insatisfação da mudança, mas há a consciência de que não poderia permanecer no local: “Porque o terreno não era nosso, só as parede. Se eu pudesse voltar, eu voltava agora. [...] Aí eles botaram o povo pra correr, e tivemos que nadar tudo junto.”

Alguns moradores do conjunto foram críticos em relação à ausência de equipamentos de lazer para as crianças: “As crianças eram acostumadas com quintalão, brincavam de bola”. Apon-ta um morador que sentia a falta desse espaço.

Considerações finais

Independente da sensação de segurança, conforto e grau de adaptabilidade, essa população ainda vive numa incerteza imposta pela falta de escolhas em que estão colocadas. O processo de remoção e reassentamento não é esclarecido e pouco conhecido pela população local. Essa forma de reassentamento ajuda a reforçar o modelo paternalista e assistencialista do Estado provedor.

Uma maior participação da população frente às decisões, deveria ser levada em consideração, inclusive na escolha de suas moradias, como a localização do imóvel e tipo de planta mais adequada à família.

Reconhecer a população como ator do processo é fundamental para trazer a sensação de pertencimento do lugar. A falta de clareza sobre como são decididas e feitas as remoções, por parte da população diretamente envolvida reforça a lógica de exclusão.

O futuro mais justo e mais sustentável de nossas cidades passa certamente pela erradicação das condições de risco físico das moradias e pessoas. Desta forma, o processo de remover e, sobretudo de reassentar, deve ser realizado levando em consideração a participação da população, reconhecendo as pessoas como atores sociais ativos no processo.

A produção de cidades menos impactantes mais justas é questão de sustentabilidade ambiental: o que se faz de errado hoje, mesmo sendo soluções que na aparência de imediato sejam boas, irá impactar as gerações futuras bem como o futuro da cidade. (GHIRELLO; ASTIER; BUENO, 2013).

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECK, Ulrich. Social inequality and climate change. In: MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth. **Ecological urbanism**. Cambridge: Harvard University-Graduate School of Design; Lars Muller Publishers, 2010, p. 106 - 109.

CAMPINAS (Município). **Plano diretor de Campinas**. Campinas: Prefeitura Municipal, 2006.

CAMPINAS (Município). **Plano municipal de habitação de interesse social de Campinas**. Campinas: Prefeitura Municipal, 2011.

CARDOSO, Adauto. L.; ARAGÃO, T. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L.. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 8 – 17.

GHIRELLO, Barbara; ASTIER, Gabrielle; BUENO, Laura M. M. Habitação em áreas de risco de Campinas/SP: avaliação e propostas de aprimoramento do processo de remoção e reassentamento. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 5, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Antac, 2013. Disponível em: <<http://www.elecs2013.ufpr.br/Anais/comunidades/116-612-1-DR.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010 disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em julho de 2013.

OKRETIC, Gabrielle Astier de Villatte. **As ações de mitigação do risco vistas de perto**: transferência dos atingidos por enchentes no Ribeirão Piçarrão para conjuntos habitacionais em Campinas-SP. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

SIDEC – Sistema Integrado de Defesa Civil – laudos. Disponível em http://www.sidec.sp.gov.br/producao/map_risco/pesqpdf3.php?pg=12&palavra=todos acesso em 20 outubro de 2013.

Recebido em 07/01/2014
Aprovado em 02/05/2014

Contato dos autores

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic
E-mail: gabrielle.astier@gmail.com

Laura de Mello Machado Bueno
E-mail: laurabueno500@gmail.com